

Economia - Brasil

Congresso apressa a tramitação do Orçamento de 1999

Mônica Izaguirre e Christiane Samarco
de Brasília

Os líderes dos partidos aliados e de oposição ao governo federal acertaram ontem mecanismos para apressar a votação da proposta orçamentária da União para 1999. A solução encontrada foi encurtar os prazos legais para a apreciação do Orçamento antes do dia 15 de janeiro. Tudo para garantir que a nova proposta que o governo enviará ao Congresso Nacional até o dia 26, já com os cortes impostos pela crise econômica internacional, seja votada pelos atuais deputados e senadores.

O envio de uma Mensagem Presidencial reformulando o projeto de Orçamento apresentado em agosto foi acertado ontem pela manhã, durante uma reunião entre o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, e integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Estiveram com o ministro, o deputado Lael Varella (PFL/MG) e o senador Ramez Tebet (PMDB/MS), respectivamente, presidente e relator da comissão.

A equipe econômica do governo pretendia que a própria Comissão Mista tomasse a iniciativa de fazer cortes no projeto enviado em agosto, de forma a adaptá-lo ao programa de ajuste fiscal a ser anunciado no próximo dia 20. Entretanto, preocupados com o desgaste político — que certamente os cortes provocarão — os parlamentares não concordaram em alterar a proposta.

Os políticos uniram-se na recusa à responsabilidade de executar os cortes e na disposição de não empurrar para o novo Congresso, eleito dia 4, a apreciação da proposta orçamentária. “O governo federal quer ver sua proposta votada e a nós, da oposição, também não interessa que o presidente Fernando Henrique Cardoso inicie seu segundo mandato sem ter o Orçamento definido. Não vamos lhe dar um cheque em branco”, disse o líder do PT na Câmara, Marcelo Deda (SE).

“Precisamos votar o Orçamento até o dia 30 de janeiro, ou o governo terá que começar tudo de novo com o próximo Congresso, que toma posse em 1º de fevereiro”, concordou o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE). A lei obriga o Congresso a votar o projeto de Orçamento até 15 de dezembro do ano anterior, sem o que os trabalhos do Legislativo ficam imediatamente prorrogados, sem a necessidade de uma convocação extraordinária.

Para obter consenso em torno de um novo cronograma de votação, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), reuniu-se com representantes de todos os partidos na tarde de ontem, no gabinete da Presidência do Senado. No encontro, ficou acertado o rito simplificado de tramitação da proposta orçamentária. De acordo com o líder governista, todas as etapas de discussão do projeto foram preservadas, como queriam as oposições, das audiências públicas à apresentação de sub-relatórios pelas comissões temáticas.

Inocêncio Oliveira, queria o fim das emendas regionais e das comissões temáticas, restando apenas as estaduais e individuais, apresentadas pelos parlamentares. Mas os partidos de oposição discordaram. “Não aceitamos o fim das emendas das comissões, porque é ali que se promove o debate temático efetivo, como a discussão dos investimentos nas áreas sociais”, justificou o deputado Marcelo Deda.

Venceram as oposições. Ao final da reunião, o senador Ramez Tebet anunciou que as emendas regionais seriam eliminadas, mas que as das comissões seriam mantidas. Os aliados do governo defenderam a atitude do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que recusou-se a divulgar a proposta orçamentária enviada há um mês e meio ao Congresso. “Ele fez muito bem de guardar o orçamento, porque pôr em debate uma proposta fantasiosa, diante da crise que veio depois, só serviria para dificultar as negociações”, disse Inocêncio.

Ninguém quis executar os cortes, que podem chegar a 35% do Orçamento. Segundo o relator Tebet, o Congresso recusou o ônus porque “o governo detém uma maior soma de informações”. Mas as oposições avisam que não admitem redução dos investimentos na área social.

O governo vai revisar não apenas os valores, mas também os critérios. O projeto original previa, por exemplo, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4% para o próximo ano, o que não deverá ocorrer em função da crise internacional e do próprio ajuste fiscal.

A partir de novos tetos de gastos a serem definidos pelo Ministério do Planejamento, os próprios ministérios se encarregarão de definir os cortes. Esses limites serão anunciamos dia 20, junto com o programa fiscal para o triênio 1999/2001.